

CVRD

## O dragão da maldade

Para o bem ou para o mal, a Companhia Vale do Rio Doce tem, no Pará, importância que nenhuma outra empresa possui em qualquer outro Estado brasileiro. Mas não é amada pelos paraenses, como prova mais uma temporada de caça à companhia. O motivo explícito é a instalação de uma siderurgia no Maranhão. Mas há razões ocultas também.



**N**um horizonte de 10 anos, entre 1998 e 2008, a Companhia Vale do Rio Doce terá investido mais de 11,5 bilhões de dólares (ou 40 bilhões de reais) no Pará. É investimento equivalente ao da hidrelétrica de Belo Monte (projetada para ser a segunda maior do país e a quarta do mundo), incluindo seu sistema de transmissão de energia (com três mil quilômetros de extensão). Desse total, US\$ 6,6 bilhões (R\$ 23 bilhões) já foram aplicados, entre 1998 e 2002.

Os restantes US\$ 5 bilhões estão previstos para serem gastos em oito projetos até 2008, principalmente para viabilizar um grande pólo de cobre em Carajás. Serão cinco minas de cobre e uma de ouro associado ao minério: duas em Canaã dos

Carajás (Sossego e 118), uma em Curionópolis (Cristalino), duas em Parauapebas (Alemão e a quarta fase do Igarapé Bahia) e uma em Marabá, com a única metalurgia (Salobo). Todas ficarão na região sul do Estado, onde existe um ativo movimento separatista.

Há ainda o projeto de níquel do Vermelho, em Canaã dos Carajás, e de bauxita, em Paragominas. Graças à exploração da

jazida de Paragominas, que se impõe por causa do esgotamento da capacidade de transporte de minério pelo rio Trombetas, a Alunorte será expandida, com as fases 4 e 5 da alumina, recebendo a bauxita por mineroduto, desde Paragominas até Barcarena, com aproximadamente 200 quilômetros de extensão. Esses novos empreendimentos deverão gerar 13 mil novos empregos, entre diretos e indiretos. Já neste ano a produção de bauxita no Trombetas chegará ao seu limite máximo, de 16,3 milhões de toneladas, enquanto a Alunorte será expandida para 2,4 milhões de toneladas de alumina.

São números para impressionar. Não há nada semelhante em nenhum outro Estado brasileiro. A CVRD já responde por 16% do PIB (Produto Interno Bruto) do Pará.

**O JUDICIÁRIO  
E A GRILAGEM**

Págs. 4/5

Em 2007 essa participação poderá estar beirando um quarto de toda a riqueza paraense. O faturamento da empresa no Estado, no ano passado, foi de US\$ 2,2 bilhões. Sua receita resultou da venda de 408 mil toneladas de alumínio, 1,6 milhão toneladas de alumina, 54 milhões de toneladas de ferro, 9,9 milhões de toneladas de bauxita, 1,7 milhão de toneladas de manganês, 330 mil toneladas de caulim e 4,6 toneladas de ouro (o saldo remanescente da jazida do igarapé Bahia, que já foi exaurida). Além da CVRD, quatro empresas coligadas (Albras, Alunorte, Mineração Rio do Norte e Pará Pigmentos) responderam por essa produção, empregando 17,5 mil funcionários, dos quais 6 mil diretamente e 11,5 mil através de terceiros.

Quase 80% do faturamento (US\$ 1,7 bilhão) foram obtidos com exportação (equivalendo a proporção semelhante, de 80%, de todo o comércio exterior do Estado, o sétimo maior do Brasil, o segundo em saldo de divisas). A União Européia adquiriu 42% do que a Vale vendeu, a Ásia ficou 28% e a América do Norte com 6%. O mercado interno consumiu US\$ 511 milhões (23%).

O Pará já é responsável por metade (R\$ 7,7 bilhões) do faturamento bruto da CVRD (de R\$ 15,2 bilhões). Dos 164 milhões de toneladas de minério de ferro que a empresa extraiu no ano passado, mais de um terço (54 milhões de toneladas) saíram do Estado, maciçamente destinadas ao mercado externo. Dos US\$ 3,2 bilhões de exportações feitas pela empresa em 2002, US\$ 2,2 bilhões (quase 70%) são contribuição paraense. Se as exportações líquidas (exportações menos importações) da Vale, no valor de US\$ 2,8 bilhões, corresponderam a 21,3% do superávit da balança comercial brasileira, o Pará, sozinho, entrou com pelo menos 15% desse saldo nacional. Foi o Estado que permitiu à CVRD apresentar-se novamente como a empresa que mais contribuiu para a redução das necessidades de financiamento externo do Brasil.

A tradução social desses números grandiosos, porém, é um desastre. Com todo o imobilizado da CVRD, que opera comercialmente no Estado há quase um quarto de século, o Pará integra o terceiro Brasil, dos Estados mais pobres do país, com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da média. Com todas as aplicações que estão por vir, essa situação, se não piorar, pode não ter melhora expressiva. É um resultado coerente com a forma primária de exploração dos recursos naturais adotada pela Vale, que produz efeitos multiplicadores fora do Estado. Depois do extrativismo vegetal dos coronéis de barranco, o extrativismo mineral da *jungle com-*

*pany* deixará o Pará atrasado na corrida para o desenvolvimento. Quando chegar – e se chegar – a festa já terá acabado.

Uma parte da responsabilidade por esse paradoxo cabe à própria empresa. A Vale continua a tratar o Pará como se ele fosse um resíduo nas suas contas e um detalhe na sua estratégia. Batendo recordes desde a privatização, em 1997, sobretudo na remuneração dos seus acionistas, a CVRD não encarou – como devia – a responsabilidade social que decorre do seu peso no Estado. O que faz para atenuar seu efeito de enclave é pouco expressivo. Preferiu esgotar suas obrigações no varejo, pulverizando recursos através de conta-gotas, e aceitando vincular essa relação a um padrão marginal.

Um fato sintomático: no auge do tiro-teio de críticas e denúncias, desencadeadas pela possibilidade de implantar uma siderúrgica em São Luís do Maranhão, a empresa, ao mesmo tempo em que enviava para Belém um diretor disposto a ouvir e negociar com os adversários, colocava um oficial de justiça nas ruas de Marabá para notificar vereadores locais sobre a gravidade das ameaças que estavam fazendo.

Do ponto de vista estritamente legal e formal, a iniciativa da empresa era procedente. A partir da tribuna parlamentar, as ameaças de bloqueio da ferrovia de Carajás colocam em xeque a integridade patrimonial e sujeitam a risco funcionários da CVRD. Esse tipo de incitamento é leve. Quem o faz costuma jogar para a platéia, mas no meio dela a semente pode frutificar e engendrar atos insensatos. Mas a melhor atitude diante de ânimos exaltados, ainda mais quando têm origem em motivação real e justa, mesmo se descamba para a irracionalidade, é contemporizar. Faria melhor a Vale se acautelando e aguardando o momento mais propício para restabelecer a razão. Não para o simples confronto, como vários de seus executivos parecem propensos, a partir da presunção de superioridade, mas para o diálogo.

Não há dúvida que o futuro não será nada brilhante para o Pará se o Estado continuar a ser mero exportador de matérias primas (inclusive energia bruta) e insumos básicos, que só são submetidos à industrialização além dos seus limites territoriais. Se executar apenas sua estratégia de mineradora e *paper company*, obcecada por dividendos e o valor de suas ações, centrada na sua posição metropolitana, a Vale jogará o Pará nesse buraco cruel. Mais um no seu currículo.

Se quiser corrigir os rumos indesejáveis (além de injustos) e promover efetivamente o desenvolvimento, terá que mudar sua mentalidade e abandonar estratégias de manipulação e desprezo. Mesmo não sendo a única culpada pela situação colonial do Pará, é a mais visível das

culpadas, a mais evidente, a mais diretamente imputável. Ou a empresa se conscientiza disso, ou continuará a enfrentar graves e crescentes prejuízos.

Mas há também a parcela de culpa das elites paraenses, e ela não é pequena. Para esconder sua culpa ou seus maus propósitos, tais elites costumam desencadear campanhas de opinião. Quando a mobilização da população chega num ponto crítico, retrocedem e se acomodam outra vez (nada gratuitamente, é claro). Não estão empenhadas em esclarecer a opinião pública e fazê-la participar das decisões. Querem usar a sociedade como massa de manobra para alcançar seus objetivos. Uma vez atingido o que estão visando, voltam à convivência risonha e franca com a CVRD, até nova crise, real ou fabricada. Executivos que já passaram pela Vale poderiam dar pungentes depoimentos a respeito, se pudessem testemunhar. Ou quisessem.

O contencioso em torno da usina siderúrgica projetada para o Maranhão, a partir de fundamentos reais e pertinentes, chegou à ênfase atual por conta dos propósitos ocultos de algumas das elites paraenses. Se a empresa está escondendo cartas, alguns dos protagonistas que a combatem também não estão sendo nem um pouco sinceros, muito menos angelicais.

A má-vontade do grupo Liberal, por exemplo, principal ativador da campanha contra a instalação da siderúrgica no Estado vizinho, tem como causa o silêncio da Vale a uma proposta, apresentada pela empresa no início do ano, para retomar o patrocínio do “Caminhando pelo Pará”, um incerto programa de viagens do principal executivo da corporação, Romulo Maiorana Júnior, pelo interior do Estado com sua comitiva particular (com muito de Brancalone e pouco de exército, mas com a mesma marca). O programa terminou no ano passado. Sua volta envolveria algo como 1,5 milhão de reais. *O Liberal* pressiona para obter resposta positiva da Vale, que tem relutado. Parece que vai conseguir.

Tática semelhante foi adotada anos atrás, quando a CVRD decidiu não continuar a patrocinar o “Arte Pará”, um salão organizado pela Fundação Romulo Maiorana. Matérias contra a Vale saíram continuamente até a renovação do patrocínio comercial. Logo em seguida o tratamento editorial mudou radicalmente. Nos últimos meses, prática desse tipo foi adotada contra a Rede Celpa e o Banco da Amazônia. A Celpa foi atacada por se recusar a patrocinar o Pará Folia. O Basa, por ter dado meia página de balanço a *O Liberal*, enquanto publicava três páginas no *Diário do Pará*. Na semana passada os dois jornais receberam cota semelhante: sete páginas. Ambos proclamaram o maior lucro na história do Basa. E não se fala mais nos assuntos incômodos do passado.

Tanto no governo quanto entre os empresários é falsa a aparência de surpresa e revolta com a notícia do pólo siderúrgico de São Luís. Todos haviam sido informados sobre o assunto, não só na sua versão atual, como nas suas origens. Menos de um mês depois da assinatura do protocolo entre o governo maranhense e a CVRD para a definição da viabilidade da siderúrgica, documentos a respeito foram mandados para escritórios de empresários e gabinetes oficiais. Mas a verdade é que não há planejamento que mereça esse nome, no âmbito estadual, para o setor. Mineração, metalurgia e siderurgia ainda são subprodutos da ação pública no Pará. É inevitável que o Estado fique desprotegido, sujeito às más surpresas e às ações desvantajosas. Ou a líderes inescrupulosos.

Pela tendência à acomodação inercial, cabe ao Pará, dono das minas, localizadas no "famigerado" sertão (que as elites praianas abominam), o papel extrativo. Ao porto litorâneo, delega-se a tarefa de beneficiamento primário da matéria prima. Ainda mais se o porto tem vantagens locais como o da Ponta da Madeira, no Maranhão, um dos melhores do mundo (com calado para receber navios de 300 mil toneladas). Assim tem sido montada a paisagem das regiões mineradoras em quase todo o mundo. Foi assim em Minas Gerais, ainda nossa principal economia mineral. E a dona das decisões nesse setor da economia brasileira.

Mesmo que tardiamente, porém, os mineiros reagiram e mudaram essa configuração, ou a atenuaram. Graças a um movimento bem pensado e posto em prática por suas elites, conseguiram fomentar certa industrialização. Mas ela não impediu que no pólo litorâneo do processo produtivo, no porto de Tubarão, no Espírito Santo, se situasse o centro de semi-elaboração dos minérios de Minas Gerais.

Para se conseguir algo parecido ao esforço de endogenia dos mineiros não basta ter vontade ou boas cordas vocais, no caso dos agentes mais histriônicos da história. É preciso dominar o assunto e saber tratá-lo operacionalmente (ter o chamado *know-how*). Essas qualidades estão faltando às elites paraenses, ainda adstritas à função de intermediárias, que lhes coube no extrativismo vegetal (algumas delas claramente predadoras, verdadeiras sanguessugas). Os mineiros elaboraram um projeto para o seu Estado. Claro que alguns dos cérebros dessa campanha tiraram vantagem pessoal da causa. Mas ela também serviu a todos, era legitimamente uma causa coletiva.

O Pará abriu mão desse poder. Mineração é o rabo da fila de competências da Seicom, a secretaria que deambula na estrutura administrativa do governo. Os úl-

timos estudos prospectivos a respeito foram produzidos por consultores da CVRD (e, a rigor, foram pífios, preparados de afogado, *pour épater les indiens*). Ainda assim, qualquer atitude racional depende de um conhecimento adequado do tema.

Pelo que foi dito na atual controvérsia siderúrgica, ou esse conhecimento não existe ou é insuficiente. A atitude recomendável no momento, portanto, não é a agressão ou a retaliação, muito do agrado de políticos, mas que geralmente têm fôlego curto e densidade rala. O primeiro passo é buscar o conhecimento, recebendo-o como concessão ou arrancando-o como conquista, quando é sonogado.

Ao que parece, o estudo de viabilidade técnica da usina só estará concluído no final do mês, mas há uma forte tendência para a definição de São Luís. Os chineses, que serão os sócios majoritários, querem que assim seja. Eles forneceriam o carvão mineral como carga de retorno dos graneleiros, que lhes levam o minério de ferro de Carajás (20 milhões de toneladas anuais, ou mais de um terço do que é lavrado em Carajás, navegando por 20 mil quilômetros de distância) e atualmente vêm do Oriente "batendo lata". O frete de retorno seria baixo.

A Baostel ficaria com 50% das ações da nova empresa. A Vale entraria com algo entre 20% e 10% do capital. Seu maior interesse é vender minério e pelotas de ferro. Em São Luís já funciona, há quase um ano, a mais moderna e maior (juntamente com outra usina, da Samarco, em Tubarão, com 6 milhões de toneladas anuais) pelletizadora do país. A idéia é produzir três milhões de placas para abrir o mercado americano.

Segundo os especialistas, esta é a hora certa. Os antigos mastodontes siderúrgicos dos Estados Unidos estão fechando ou em situação agônicas (como as nossas conhecidas Bethlehem Steel e United States Steel). Os que estão renascendo ou surgiram recentemente, vão se especializar cada vez mais em bens finais, agregando valor aos seus produtos, economizando energia e aliviando seus imobilizados. Vão querer comprar produtos semi-acabados para beneficiar. Não por acaso, o incremento mais acentuado na siderurgia ocorreu no setor de placas, deslocando-se para o Terceiro Mundo. Os chineses acham que é a brecha para crescer também para fora. E nós?

Produzir placas é melhor do que produzir apenas minério ou gusa, principalmente se podemos usar carvão mineral ao invés de queimar floresta para obter o sucedâneo (de melhor qualidade para esse fim, mas de custo ambiental e social pesado), sem nos submetermos a um frete insuportável. A sociedade com os chineses pode ser boa, se a discutirmos

bem. São Luís, que eles querem e ponto final, pode ser até aceitável. Mas antes temos que fazer nossos cálculos para ver se não cabe um *cluster* em Carajás mesmo. Com minério, gusa (de outra forma que não a atual), placas e – quem sabe – unidades de lingoteamento, laminação e acabamento?

A montagem de um empreendimento ótimo para nós, brasileiros e paraenses, não é operação simples, que pode ser resolvida por um discurso. Das três alternativas de localização (Carajás, Vila do Conde e São Luís), a de São Luís parece a de maior potencial. Mas é o caso de os representantes do governo e da sociedade paraense sentarem com os técnicos da CVRD para discutir a possibilidade de deslocar o empreendimento para o Estado.

Os 3 milhões de toneladas de placas de aço da projetada usina resultam de 4,2 milhões de toneladas de minério tipo *sinter feed*, 1,7 milhão de toneladas de carvão e 1,2 milhão de toneladas de pelotas. A definição da viabilidade é função de análises em torno das três alternativas possíveis, combinando custos do processo produtivo e adicionais de fatores externos (fiscais, tributários ou políticos), nem sempre ponderáveis ou mensuráveis. Aí é que deve ocorrer o teste de consistência: ou o cálculo da Vale é exato ou contém (e esconde) algum componente extra. Numa mesa-redonda, formada por gente competente, pode-se chegar à prova dos nove.

Obviamente, os chineses só se estabelecerão no Brasil se dispuserem, na sociedade comercial, de um guarda-chuva protetor. A CVRD desempenha essa função. Logo, a equação precisa ser montada com esses três elementos. Ou ser desmontada da sua atual formulação e ser novamente formulada.

Pode-se até, convencidos de que a fábrica de placas de aço deve ficar em São Luís, negociar a continuação das cadeias do alumínio e do cobre até a industrialização, indo além do beneficiamento primário. Mas em cima de pranchetas e computadores antes de ser levada ao debate mais amplo. Os dois momentos são indispensáveis. Sem essa harmonia há o risco de decisões em gabinetes fechados, que têm uma tradição ruínosa para o país, ou de atos populistas desastrosos.

O Pará, que já sofreu muito desses dois males, precisa mostrar que está em condições de buscar a cura por seus próprios meios, mas com consciência e competência (com alguma humildade, também). Depois de ter atuado erroneamente ou se omitido de sua história recente, sobretudo quando deixou de aproveitar a abundância de energia (agora exportada em bruto) para montar na região de Marabá um poderoso pólo siderúrgico, o Estado pode começar a ter uma experiência nova: a de acertar.

Os grileiros de terras vêm utilizando o judiciário para se apossar de bens do patrimônio público no Pará.

**P**ara alguém que ainda tem dúvida sobre a necessidade do controle externo do judiciário, o Pará está oferecendo um contundente exemplo em favor da tese.

O caso envolve a maior grilagem de terras do país – e, provavelmente, do mundo. Diz respeito a uma área situada no vale do rio Xingu, 800 quilômetros a oeste de Belém. Tendo, no mínimo, cinco milhões de hectares, pode atingir até sete milhões de hectares.

Com esse tamanho, a área poderia formar o 21º Estado brasileiro em território. Corresponde a 6% da superfície do Pará, o segundo maior Estado da federação. Equivale a quase três vezes a extensão de Alagoas, onde vivem três milhões de brasileiros.

O principal atrativo atual dessa área é abrigar a maior concentração de mogno da Amazônia. Por seu valor, essa espécie é tratada como ouro verde. Mas na verdade vale mais do que o ouro amarelo. É o bem mais valioso da região neste momento. Causa de conflitos e de mortes.

O domínio dessa área era inquestionavelmente público em 1923, quando o governo do Pará assinou contratos de arrendamento com comerciantes da região, autorizando-os a explorar as árvores de castanha e seringa existentes em quatro glebas, que podiam alcançar até 30 mil hectares.

O contrato tinha duração de um ano. Caducaria automaticamente se não fosse renovado. Era a forma comum na relação do poder público com particulares nessa época, em que a exploração econômica da terra na Amazônia era através do extrativismo vegetal. Em alguns casos o arrendamento foi renovado. Em outros, evoluiu para o aforamento da terra. Mas nessas quatro situações do Xingu não houve qualquer novo contrato.

Como o extrativismo entrou em decadência e a exploração dos altos rios foi abandonada, as coisas ficaram na base do

dito pelo não dito. A autorização caducou, mas o Estado nem se deu ao trabalho de formalizar o fim da relação. Os termos do contrato eram claros quanto à reversão das terras ao patrimônio público depois de um ano.

Além disso, o que estava em causa eram apenas direitos de posse, materializados na presença física do concessionário na área. Mesmo assim, os sucessores daqueles coronéis de barranco (ou da Guarda Nacional), autorizados a fazer uso das terras devolutas, levaram os contratos para registro em cartório.

A escritã do cartório imobiliário de Altamira, a capital do Xingu, não hesitou em lançar no livro de propriedades o que não passava de posses, registrando no livro três, específico de propriedades, o que só caberia ficar no livro dois, de posses. A partir daí se sucederam operações comerciais tendo como base aquelas terras, já devidamente matriculadas.

Mas como nenhuma cadeia imobiliária pode ser formada senão a partir do desmembramento do imóvel do patrimônio público (já que os Estados herdaram as terras da Coroa quando a República derrubou o Império), a futura Fazenda Curuá teve como origem um “título hábil”.

Qual era esse título? Ninguém sabe, já que ninguém o viu. O Estado não encontra tal documento nos seus registros de concessão de terras. Os supostos detentores do documento jamais o apresentaram. O título é tão fantasma quanto Carlos Medeiros, personagem fictício que outra quadrilha de grileiros inventou para acobertar as apropriações de terras públicas que efetuou, até com maior gula (suas pretensões chegaram a 12 milhões de hectares, espalhados por nove municípios paraenses, incluindo a própria capital do Estado).

Como no caso do “título hábil”, nenhum ser humano jamais viu o tal Carlos Medeiros em carne e osso, embora seus procuradores judiciais se movimentassem por cartórios e gabinetes de magistrados em nome do cliente metafísico.

O que podia não passar de um incidente paroquial de fraude e promiscuidade de poder se transformou num escândalo de tamanho mundial, quando a pretensão se multiplicou, alcançando quatro milhões de hec-

tares no cartório, com base num mero documento cartográfico, engoliu mais 700 mil hectares em seguida e, nas verificações de campo, com base nas indicações geográficas, ultrapassou cinco milhões de hectares.

O personagem principal deixou de ser um coronel de barranco. Agora, era um grupo empresarial de fora, que se apresenta com várias faces jurídicas, mas gravita em torno de um núcleo, o paraense (estabelecido no Paraná há muitos anos) Cecílio do Rego Almeida, dono da C. R. Almeida, uma das maiores empreiteiras do país.

O objeto da empreitada comercial deixou de ser o látex da seringueira ou o ouriço da castanheira. Além do ativo imobiliário, o principal alvo do negócio passou a ser o precioso mogno, que, levado para o exterior, pode valer oito mil dólares por metro cúbico. Os valores de referência passaram a ser medidos em dezenas de milhões de reais.

Em 1996, impressionado com a grandeza que o problema havia assumido, o Iterpa (Instituto de Terras do Pará) ajuizou uma ação na comarca de Altamira para cancelar o registro imobiliário da Fazenda Curuá, que já então era de 4,7 milhões de hectares.

Desde logo, independentemente do julgamento do mérito da questão, pendente até hoje, o instituto solicitou ao juiz que fosse averbada a existência da contestação judicial à margem da matrícula do imóvel. A medida serviria de alerta para terceiros de boa fé e acautelaria as providências posteriores. O suposto proprietário continuaria na área. Só não poderia passá-la adiante até que o contencioso fosse decidido.

O juiz Torquato Alencar antecipou liminarmente a tutela. A empresa recorreu da decisão. O desembargador (recentemente aposentado) João Alberto Piva revogou a decisão de primeiro grau, restabelecendo todos os efeitos do registro imobiliário.

Na sua decisão, o desembargador afirmou que a área era “inquestionavelmente” propriedade particular, embora todas as instâncias do poder público, da Polícia Federal à Procuradoria da República, do Ibama à Funai, contestassem essa domialidade privada – e, além disso, o tamanho da área supostamente titulada.

# O judiciário?

O Tribunal confirmou por unanimidade a decisão do desembargador, numa sessão realizada antes de começar o expediente regular do fórum. Quando o procurador do Iterpa chegou para participar da sessão da câmara, já os desembargadores se haviam retirado. Saíram mais cedo para uma viagem de trabalho ao interior do Estado. Foi a justificativa.

Confirmada a plena disponibilidade sobre a Fazenda Curuá, o grupo conseguiu assumir o controle de uma outra extensa área próxima, o Seringal Monte Alegre. Alegando que a área estava sendo invadida para a extração de mogno e cedro, conseguiu um interdito proibitório judicial e indicou um depositário legal para se responsabilizar pela madeira derrubada e equipamentos que haviam sido apreendidos.

Como o bem estivesse sujeito a deterioração, acidentes naturais e roubos, o depositário fiel, por mandado de segurança, foi autorizado a – com recursos próprios – serrar, embalar, classificar e armazenar essa madeira. Só poderia vir a se ressarcir desse pesado investimento quando – e se – a justiça deliberasse de vez o que fazer com a madeira (avaliada em 120 milhões de reais).

Embora a decisão proibisse a comercialização da madeira, o Ministério do Meio Ambiente reagiu imediatamente contra a decisão da desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte, desencadeando uma grita nacional. No dia seguinte a presidente do tribunal chamou a colega para uma conversa e convenceu-a a revogar seu ato, remetendo o processo para a justiça federal, considerada instância competente em função do interesse da União pelas terras (a empresa está contestando essa competência).

Já anteriormente a mesma desembargadora havia concedido um recurso da empresa, requerido através de fax, e pelo mesmo instrumento, o fax, comunicado no dia seguinte sua decisão à juíza de Altamira, que decidira contra a empresa. Quatro horas depois, quando o processo foi distribuído para outra desembargadora, Maria do Céu revogou seu ato. Alegou que cópia do pedido lhe fora submetido “por equívoco” e o despachara por julgar-se prevenida para decidir a questão.

Enquanto os incidentes picavam, dentro e fora do tribunal, os autos do processo principal, formado a partir da ação do Iterpa, que haviam desaparecido em setembro de 2000, reapareceram em algum dia ainda não definido de janeiro deste ano. O cartório registrou o dia em que o advogado da empresa retirou os autos, mas não a devolução (a partir dessa omissão grave do responsável, assentamentos passaram a ser referidos como se existentes, embora possam ter sido feitos *a posteriori*).

Materializado novamente, o processo redivivo trazia em seu bojo uma novidade: longa sentença, de 38 laudas, assinada pelo juiz Luiz Ernane Malato, datada de 19 de setembro de 2000, cinco dias depois que os autos lhe foram conclusos. Na época, Malato atuava na comarca de Altamira. Quando os autos ressurgiram com sua sentença, estava licenciado, mas de outra comarca, de Bragança, para estudar em São Paulo.

Na sentença, o juiz decidiu não examinar o mérito da questão, apesar da extensa argumentação do Iterpa, extinguindo o processo, por considerar que o Estado não havia provado sua titularidade da área.

Para assumir a condição de parte legítima, o Iterpa precisaria ter discriminado as terras, provando que elas eram efetivamente públicas. A presunção de domínio público, antes aceita, não satisfaz o magistrado. A consequência prática da decisão: os registros em poder da empresa continuavam válidos, até demonstração positiva em contrário.

Durante os 28 meses em que os autos estiveram em lugar incerto e não sabido, essa importante e controversa decisão, para dizer o mínimo sobre sua explosividade, permaneceu desconhecida de todos. Nada vazou para a imprensa, nem para jornalistas que acompanham o caso desde o início e tiveram contato com o juiz nesse período. Ele simplesmente manteve-se calado, atitude natural para ele, já que havia deixado a comarca de Altamira.

A situação é grave e confusa, admitindo várias hipóteses e explicações. Concretamente, porém, o que houve foi que as



partes interessadas só foram intimadas da decisão 28 meses depois que, teoricamente, ela foi anexada aos autos. Como os autos foram retirados um mês antes da data da sentença e não há registro da baixa anterior (embora, agora, tenham aparecido movimentações registradas no livro de carga), todas as suposições são possíveis. Mas nenhuma elucidação foi dada até hoje.

Tendo decidido, Malato recorreu de ofício da própria decisão, como manda a norma processual, exaurindo a instância judicial de primeiro grau. Quase dois anos e meio depois é que foi aberto o prazo para o recurso cabível, a apelação ao Tribunal de Justiça do Estado. Mas sua substituta em Altamira, juíza Danielle Bührnheim, na semana passada revogou todos os atos decisórios que constavam dos autos e declarou a justiça estadual incompetente para apreciar o feito, encaminhando o processo para a justiça federal.

Há um clima de perplexidade, espanto e incredulidade diante dessa história toda, que não faz bem à imagem da justiça, principalmente porque ela tarda demais a prestar os devidos esclarecimentos. Quando presta esclarecimentos.

O que está em causa não é um terreno qualquer, mas, no mínimo, cinco milhões de hectares, área da grandeza de um país. Por um passe de alquimia escritural, essa vasta área pode evaporar do patrimônio público e se materializar em um ativo particular, transferindo o controle sobre o maior adensamento do mais valioso patrimônio vegetal do Estado, que, no seu todo, é medido em bilhões de reais, dezenas e dezenas.

No vértice dessa história está o judiciário, cuja inércia leva o cidadão cumpridor da lei, mas que perquire por seus direitos, a pensar cada vez mais no controle externo, uma alternativa que cabe como luva no caso paraense. E a quantos outros?

A Constituição assegura a liberdade de expressão e de pensamento. Mas não no Pará, onde criticar é crime

**E**xerci profissionalmente o jornalismo durante 19 dos 21 anos do regime militar (1964-1985). Nesse período, todas as garantias individuais e os direitos elementares da pessoa estavam sujeitos a violação, inclusive a liberdade de imprensa, principalmente por parte do Estado, que se comportava ora como um Leviatã ora como um Behemoth.

Mas fui levado às barras dos tribunais apenas uma vez, em 1976. Como editor de um suplemento que editava em *O Liberal* (o *Encarte*), dei duas páginas sobre a violência da polícia na busca e recaptura de presos fugidos. As fotos, de espancamento e baleamento, eram chocantes. O texto, de Paulo Ronaldo Albuquerque, duro.

Impressionado, como todos os leitores, o governador Aloysio Chaves mandou instaurar inquérito para apurar os fatos. Aplaudimos a iniciativa, própria de um cultor do direito. Chamado a depor no IPM, fui ao batalhão da Polícia Militar como testemunha. Saí de lá como réu. Outros jornalistas haviam dito em seus depoimentos que aqueles flagrantes de agressão eram falsos. As fotos teriam sido montadas.

O presidente do IPM me ofereceu uma possibilidade de fuga: bastava incriminar o Paulo Ronaldo, figura sempre visada pela polícia (não exatamente por seus erros, mas por seus acertos). "Queremos acertar as contas", me confidenciou o capitão, depois coronel e secretário de segurança pública.

Mas eu selecionara aquelas fotos e editara o texto porque eram a pura verdade: os presos iam ser torturados na ilha de Cotijuba; como fugiram durante a travessia da baía, na lancha Marta da Conceição, apanharam depois. O militar me olhou desapontado, esperou alguns segundos e depois, com um ar de sem-jeito, ouviu-me.

Em seguida, fui chamado à sede da Polícia Federal, que funcionava na travessa Castelo Branco. Ali fui palmilhado e

# E livre o pensar

fotografado. Estava enquadrado na famigerada Lei de Segurança Nacional. A acusação: insuflara a população contra uma instituição pública, a polícia. Era um subversivo. Apenas Paulo Ronaldo e eu havíamos sido despejados do pólo da inocência para o da culpa. Todos os demais, por confessar o delito de manipulação, foram liberados do constrangimento.

O processo não chegou a esquentar na Auditoria Militar. Foi logo desqualificado e remetido para a justiça comum. Por um motivo óbvio: não havíamos ameaçado a segurança nacional. No fórum criminal de Belém, o processo acabou arquivado. O promotor (depois desembargador) disse em seu parecer que eu merecia uma medalha por minha coragem, não uma punição.

E foi só, ao menos na via judicial. Houve outras ameaças físicas e intimidações, além de numerosos constrangimentos a que os jornalistas eram levados quando cobriam certos acontecimentos. Mas nem mesmo no auge de polêmicas acesas meu contendor, inclusive os dotados de muito poder (como o multiministro Jarbas Passarinho), sequer cogitaram de me acionar na justiça.

Sou grato, até hoje, a esses oponentes por tomarem nossas divergências a partir de uma premissa: de que sou um profissional suficientemente sério para não escrever sobre o que desconheço e para não colocar o boi da privacidade diante do carro do interesse público.

Continuo a ser jornalista nestes quase 18 anos de democracia plena que estamos vivendo, imaculada do ponto de vista formal (ou potencial), com outra coloração da perspectiva essencial (o que diz muito sobre a imaturidade da democracia à brasileira ou sobre essa forma de organização política da sociedade humana, enquanto tese em si).

Mas nos últimos 11 anos respondi (e continuo a responder) a 15 processos judiciais, 13 dos quais permanecem ativos, dois deles porque os magistrados se declaram suspeitos imotivadamente ou postergam o desfecho de casos já prescritos (um outro é natimorto, mas se mantém por emulação do poder da sua autora).

São seis os autores dessas ações: Rosângela Maiorana Kzan (5 processos), Cecílio do Rego Almeida (3 processos), desembargador (recentemente aposenta-

do) João Alberto Paiva (2), desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte (2), madeireiro Wandeir dos Reis Costa (2) e prefeito Edmilson Rodrigues (1). Dois dos autores são empresários, outros dois desembargadores, um é comerciante e o outro é político.

São 12 ações criminais, todas alegando delito de imprensa (com base na triste Lei de Imprensa do regime militar, de 1967, que subsiste ao pleno restabelecimento democrático constitucional, velho de 15 anos), e três ações cíveis (duas de indenização por dano moral e uma para me impor silêncio eterno a respeito da autora).

Nenhuma das pessoas que me acionou na justiça exerceu o direito de resposta. Essa característica se contrapõe ao que elas são, todas personalidades públicas, com maior ou menor destaque. Reagindo a artigos publicados neste jornal, nenhuma delas foi atacada em sua vida privada. Todas as análises inquinadas de criminosas abordaram temas do mais relevante interesse público. Das 13 ações que tramitam atualmente pelo fórum de Belém, 9 se referem à grilagem das terras e devastação das florestas do Xingu.

Em nenhuma dessas matérias jornalísticas as personagens foram acusadas de serem criminosas ou ofendidas com adjetivos. Os textos são substantivos: a partir do estudo de caso e da interpretação dos fatos, os personagens são criticados porque seus atos violam a lei e/ou ameaçam o patrimônio da coletividade.

Nenhum dos textos constitui libelo ou possui tom editorializado. Quando se manifestam, as opiniões se sustentam em argumentos demonstrativos. Logo, para serem contraditadas, requerem igual demonstração.

A isso, em qualquer lugar civilizado do planeta, dá-se o nome de diálogo. A pérola da democracia é a controvérsia, que elucida as questões e ilumina os caminhos da sociedade. No Pará, esse procedimento tem sido carimbado de criminoso nas instâncias judiciais do Estado.

Por suas decisões majoritárias, ao menos no que a mim concerne, a justiça do Pará impôs uma lei – não escrita, é claro – da mordada à imprensa. Ou, ao menos, à imprensa que tem a coragem de proclamar a verdade incômoda aos poderosos.

# no Pará?

No mês passado a juíza da 16ª vara penal, privativa dos crimes de imprensa, me condenou a um ano de prisão, pena convertida em duas cestas básicas, de um salário mínimo cada, durante seis meses, em função da minha primariedade. Meu crime: ter criticado decisão do desembargador João Alberto Paiva, na liminar de uma cautelar, que restabeleceu a plenitude dos efeitos de um registro imobiliário feito no cartório de Altamira. Por ato do juiz de primeiro grau, à margem desse registro havia sido averbada a existência de uma ação de anulação e cancelamento dessa matrícula, proposta na comarca pelo Iterpa (Instituto de Terras do Pará).

A providência, deferida pelo juiz Torquato de Alencar, antecipava a tutela para que terceiros de boa fé soubessem que a dominialidade da área estava sendo questionada pelo órgão fundiário oficial do Estado. Se a adquirissem, deixariam de ter direito à boa fé e, em consequência, a eventuais indenizações, caso a justiça acabasse decidindo em favor do Iterpa.

Qual o prejuízo para o detentor do registro? Nenhum, exceto se ele tivesse propósitos especulativos sobre a área. Como alardeava que a utilizaria para um projeto ecológico, nada o obstava de realizar seus intentos. A medida acautelatória se justificava pelo fato de que a área podia se estender por algum valor entre cinco milhões e sete milhões de hectares.

Essa vastíssima extensão de terras, que daria para formar o 21º maior Estado da federação brasileira, composta por 27 unidades, tinha todos os indícios, fortíssimos, de jamais haver sido desmembrada do patrimônio público.

Evidências nesse sentido já haviam sido reunidas e apresentadas por todas as instâncias do poder público, federal e estadual, da Polícia Federal ao Ibama, do Ministério Público Federal à Funai, quando o desembargador João Alberto, liminarmente, revogou a tutela antecipada pelo juiz de Altamira. E o fez com fundamento num pressuposto: de que aquela área

era **inquestionavelmente** de propriedade privada. Só depois de decidir, submeteu seu ato ao Ministério Público, que divergiu de sua posição.

Não escrevi que o magistrado agiu com intenções ocultas ou que favoreceu deliberadamente a Incenxil (atrás da qual está o empresário Cecílio do Rego Almeida). Escrevi que errou. Fiz a afirmativa preparado para sustentá-la diante da opinião pública, como estou preparado até hoje. Mas não estava preparado para ser advertido de que criticar juiz é crime (e de lesa-majestade) na órbita da justiça paraense. Pensei que a verdadeira democracia tivesse chegado aqui – e não apenas grileiros, desmatadores, salteadores e cavalos de Tróia.

Lamentei que o desembargador não explorasse as possibilidades do contraditório antes de decidir, ouvindo antes – e **não depois** – o MP, por exemplo. Não disse que a lei o obrigava a essa consulta prévia. Disse que o bom senso lhe recomendava a cautela, considerada pelo povo tão boa quanto o caldo de galinha.

Lamentei que o juiz, obunubilado pelas lantejoulas probatória dos autos, deixasse de olhar em torno, ouvindo o clamor das ruas, conforme o chavão de uns anos atrás, nas quais se destacavam as vozes das instituições técnicas do governo, unânimes e uníssonas em denunciar a grilagem montada por trás dos registros imobiliários fraudulentos (com toda a cornucópia de papéis, carimbados ou não, que lhe dão na aparên-



cia o que não têm na substância). Se ouvisse esse clamor o magistrado não poderia proclamar que aquelas terras de vastidão continental são **inquestionavelmente** de propriedade particular.

Estou eu, então, hoje, condenado como um reles difamador por dizer a verdade, impedido de poder prová-la diante da instância que devia ser o árbitro das pessoas públicas envolvidas em temas de interesse público: a sociedade, ou, tecnicamente falando, a opinião pública. É também de lamentar que um servidor público, ignorando quem lhe paga o salário (e, agora, a alta aposentadoria), parta diretamente para o silêncio dos autos sem antes prestar contas ao distinto público sobre a controvérsia suscitada pela imprensa.

Infelizmente, demandas temerárias, descabidas ou imotivadas não só estão sendo acolhidas como levam a condenações que parecem tomadas sem considerar as provas nos autos, como se o destino de jornalistas incômodos já estivesse escrito no céu.

Talvez por isso a desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte tenha decidido me processar por ter repetido o que ela própria escreveu em uma outra polêmica decisão sobre o Xingu, transformando palavras que eram suas em minhas e agravando-as com o sentido alegadamente denotativo das aspas, que apliquei ao meu texto, cumprindo a norma gramatical, ao reproduzir afirmativa originalmente dela.

Não escrevo este texto para pedir ajuda, clemência ou comiseração. Não considero justo o que estão fazendo comigo, mas sei me defender – e me defenderei. Sem vergar um milímetro a coluna da minha dignidade e sem me deixar intimidar.

Escrevo para colocar meus leitores diante de fatos que, incidentalmente me prejudicando, na verdade prejudicam a toda a sociedade, estigmatizando o Pará com a nódoa do banimento daquilo que é vital entre seres humanos: a liberdade de pensar, o direito de expressar o que se pensou e a necessária faculdade de colocar esses pensamentos em letra de forma. Para que todos saibam e o que mais sabe possa fazer o que sabe, ao invés de ficarmos simplesmente sujeitos ao que pode mais, ao dono da bola.

Neste jornal, enquanto ele conseguir sobreviver, o único jogo aceito é o da verdade.

## Energia

Até metade da década de 50 do século passado, uma velha usina do Departamento Municipal de Força e Luz fornecia energia para Belém. Quando esse serviço passou para a Força e Luz do Pará, empresa controlada pelo governo do Estado, surgiu um problema: a usina da prefeitura gerava energia em corrente contínua, enquanto a da Força e Luz funcionava em corrente alternada.

A pedido dos industriais, a prefeitura se comprometeu a manter sua usina em funcionamento, mas no final de 1956 anunciou que iria parar. Dois eram os motivos principais: a falta de combustível para as máquinas e a falta de recursos municipais para atender o pedido de aumento dos funcionários, que somavam três mil.

Em janeiro de 1957 uma comissão de empresários, à frente Wady Thomé Chamiê, Sá Ribeiro e Felipe e Raimundo Farah, pediu para o governo assumir o negócio. O governador Magalhães Barata preferiu passar o abacaxi para a Spvea (antecessora da Sudam) descascar.

## Prestes

Policiais e militares ocuparam – não muito discretamente – as ruas de Belém entre os dias 1º e 3 de janeiro de 1957. A missão: impedir que fosse comemorado o aniversário do líder comunista Luís Carlos Prestes, então em mais uma clandestinidade, que transcorria no dia 3. Os adeptos do “cavaleiro da esperança” prometiam realizar atos públicos.

Mas o único que se atreveu, sendo devidamente trancafiado como subversivo, foi José Diogo Oliveira, empregado da Tapeçaria Artística, uma loja que funcionava na rua Manoel Barata. Bastante alcoolizado, deu vivas a Prestes e foi preso pelo delegado do Guamá e levado para a Central de Polícia.

Isso, em plena democracia.



que vibra com o

# PAYSANDU

na conquista da nossa maior vitória! em melhor sede social do Norte! no local! sede antiga!

4 pavimentos inteiramente destinados aos sócios

## Adquira Títulos de Sócio Proprietário do PAYSANDU

— Honra e Glória do Esporte Brasileiro



Distribuição Exclusiva dos Títulos:

### NORTE MELHORAMENTOS

EDIFÍCIO GUALO — CONT. 101 FONES: 2748 E 4842

INICIAL: Cr\$ 50.000

e 40 prestações de Cr\$ 7.500

## PUBLICIDADE

### A toca novo do Papão

Com base na condição de “honra e glória do esporte brasileiro”, a diretoria do Paysandu lançou, em 1965, a campanha para a construção da “melhor sede social do Norte, no local da sede antiga”, na – então – “aristocrática” – avenida Nazaré. Seria a maior conquista do clube: quatro pavimentos “inteiramente destinados aos sócios”. Quem quisesse ajudar, podia comprar novos títulos, comercializados com exclusividade pela Norte Melhoramentos, com escritório no Edifício Gualo, na – então – imponente avenida Presidente Vargas, que prometia ser o novo centro de negócios (hoje é um camelódromo). A peça de lançamento da campanha foi produzida por um torcedor fanático: Abílio Couceiro, dono da Mercúrio, a ativa agência de publicidade.

## Amapá

Em janeiro de 1957 a Icomi (Indústria e Comércio de Minérios) inaugurou a primeira base de lançamento de riquezas minerais da Amazônia: o porto de Santana, no Amapá. Conectado por uma ferrovia de 195 quilômetros de extensão à jazida, em Serra do Navio, o porto embarcaria milhões de toneladas do melhor manganês para o exterior, principalmente os Estados Unidos (não por acaso, a Bethlehem Steel era sócia no empreendimento).

O presidente Juscelino Kubitschek respondeu presente à inauguração. Além de JK, também discursaram na ocasião o presidente da Icomi, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, e o deputado federal Coaracy Nunes, de uma família que podia tudo no Amapá daquela época (incluindo o coronel Janary Nunes, que era o presidente da Petrobrás, e Pauxys Nunes).

Depois de um vôo de cinco horas de duração, desde Boa Vista, capital de Roraima, Juscelino desceu lépido em Macapá, foi a Santana de navio (a bordo do “Lobo Dalmada”, da “frota branca” dos SNAPP, hoje Enasa) e, de trem, a Serra do Navio. Voltou a tempo de participar de um arrasta-pé em Macapá. No dia seguinte já estava de volta a Brasília.

Fôlego (e carisma) de político pra valer.

## Teatro

O Grupo de Teatro da Universidade Federal do Pará fez seu festival de fim de ano, em 1962, apresentando de uma só vez, em duas sessões, “O Delator”, de Bertold Brecht; “Caminho Real”, de Anton Tchekov; “O Velho da Horta”, de Gil Vicente; e “O Inglês Maquinista”, de Martins Penna. Na direção de todos os espetáculos estava Amir Haddad, contratado pela UFPA junto ao Teatro Oficina, de São Paulo. Os mais destacados alunos do curso de iniciação tea-

tral eram Cláudio Barradas, Daniel de Carvalho, Dayse Medeiros, Mendara Mariani, Martha Goretti, Maria de Belém Negrão Guimarães e Delinda Ovarate.

Safra das boas.

## Livro

Em novembro de 1962 o Departamento de Divulgação e Turismo da Prefeitura Municipal de Belém realizou uma Feira do Livro na Praça da República. No estande dos escritores paraenses foram colocados à venda livros de Stélio Souza, Georgenor Franco, Ernesto Cruz, Apio Campos, Jacques Flores, Cândido Marinho da Rocha, Vicente Salles, Eneida, Jarbas Passarinho, Ildefonso Guimarães, Carlos Rocque, Líbero Luxardo, Bruno de Menezes, Luís Osiris Silva e Renato Tapajós.

Talvez tenha sido a única vez em que todos esses escritores estiveram juntos – e não pessoalmente.

## Contrabando

Um dos bons programas em Belém entre as décadas de 50 e 60 eram os leilões de contrabando apreendido pela alfândega. O mais concorrido de 1962, resultado de uma operação executada em Abaetetuba, arrecadou 4,2 milhões de cruzeiros. Entre os melhores lotes ofertados estavam 10 mil pares de sandálias japonesas, 1.388 embalagens plásticas com desodorante Lander, 217 garrafas de uísque Queen Anne e dois fardos de fazenda com 227 metros. Mas havia itens sugestivos da natureza do contrabando, como um volante de direção para lancha e peças avulsas para motor de popa. Esse tipo de mercadoria só faltava vir com o carimbo do destinatário.

Os principais arrematantes do leilão, realizado na Guarda-Moria da Alfândega, eram comerciantes como Elías Hage, Isaac Obadia e Antônio Severino. Legalizado, o

contrabando ia parar nas prateleiras das lojas.

## Cinema

Manoel Pinto da Silva comprou, em 1952, o grande terreno na avenida Nazaré, de “canto” para a Praça da República, onde ergueria o maior edifício de Belém e do norte do Brasil (em altura, ainda o número um entre nós), com seu nome bem no alto. Originalmente, o prédio, projetado pelo engenheiro Feliciano Seixas, deveria abrigar no subsolo (onde o terreno era naturalmente mais fundo) uma garagem para 300 carros e, no primeiro andar, um cinema luxuoso, com ar condicionado e poltronas estofadas.

Manoel Pinto já pensava nesse cinema quando construiu, do outro lado da praça, a sede de sua firma de comercialização de carros, “A Automobilista”. Mas a parceria com Luiz Severiano Ribeiro, dono da maioria dos cinemas da cidade, não deu certo. A partir daí, pro-

clamava que iria dar aos paraenses uma sala de projeção à altura de seu merecimento, não as “espeluncas” que o distribuidor nacional explorava, interessado só no lucro, não em investir na terra.

Mas o cinema de Manoel Pinto da Silva acabou não saindo.

## Liquidação

As Lojas Salevy, plurais no título, mas estabelecidas num único endereço (avenida 15 de Agosto, atual Presidente Vargas, onde foi levantado o edifício Palácio do Rádio) explicava, em anúncio de 1956, que não escondia uma pitada de ironia, porque liquidavam todo seu estoque no último trimestre do ano: “1 – Porque um balanço de grande estoque de mercadorias é demasiado trabalhoso, demorado e caríssimo; 2 – Contar dinheiro é fácil; 3 – Liquidar o estoque para renová-lo no ano seguinte é a melhor solução”.

E pt saudações.

## Festa

Lourival Barbalho foi o organizador, em 1956, da tradicional Festa do Termômetro, na qual os doutorandos de medicina se despediam dos colegas da faculdade. A festa daquele ano foi nos salões do Palace Theatre, que ficava atrás do Grande Hotel (atual Hilton Belém). Traje passeio era exigido. Às 10 da noite o maestro Guiães de Barros botava sua orquestra para tocar. Era um acontecimento fino.

## Burros

Os moradores do populoso bairro da Cremação se queixavam, em 1960, do aparecimento de grande número de burros. Andando livremente pelas ruas, sem direção, os animais já haviam atropelado “elevado número” de pessoas. Dizia-se no bairro que os burros eram de propriedade da prefeitura, que os soltava de dia para pastarem nos capinzais da cidade.



## RETRATO

### A sede da UAP

Seqüência realmente histórica de fotos, registrando ato ocorrido em 17 de outubro de 1956. Na primeira, o universitário de engenharia Alcyr Meira assina, no cartório do tabelião Chermont, a escritura de compra de uma casa na avenida São Jerônimo (a Governador José Malcher dos nossos dias), onde seria instalada a sede própria da gloriosa UAP (União Acadêmica Paraense). Na outra, Alcyr, presidente da entidade, entrega um cheque no valor da transação ao antigo proprietário. A UAP funcionou nessa sede sem problemas até 1964, quando os militares a fecharam à força. Conseguiu reabrir, mas não por muito tempo. O clima não era propício à política estudantil (nem a qualquer política), nos anos de chumbo do regime militar. A sede se foi, a entidade também. Mas a legenda permaneceu. A UAP era um dos estágios mais importantes para a formação de lideranças no Pará. Depois de nela militarem, os estudantes tomavam seus rumos, à esquerda, à direita ou pelo centro. Na maioria das vezes, em qualquer sentido, com destaque.

O trem da exportação leva as riquezas da Amazônia para fora. Deixa na região buracos e problemas

Há uma profissão em alta no interior do Pará, o segundo maior Estado brasileiro: a de pistoleiro. A remuneração não é lá grande coisa diante do risco do negócio porque o valor atribuído aos alvos dos profissionais do setor também é baixo. Mas os contratantes prometem que o serviço será rápido, não terá complicações e conta com um atrativo importante: o assassino dificilmente será identificado e preso. Seus protetores sempre lhe prometem um prêmio de consolação para compensar a fraca remuneração: a impunidade. Frequentemente total.

Ninguém conseguirá medir visualmente o mercado da morte por encomenda. Os pistoleiros não andam pelas ruas poeirentas das cidades de beira de estrada com um 38 na cintura, modelada por um cinturão de balas. A arma costuma ser fornecida pelo contratante, que também lhe dá sumiço, despachando o contratado limpo.

Nem sempre esses profissionais do tiro são homens fortes ou violentos. Muitos são franzinos, de olhar humilde e aparência pacata. Não é raro colocarem sobre o travesseiro uma cabeça destituída de qualquer dor moral.

Raramente são recrutados no mesmo lugar no qual executam sua tarefa mórbida. Realizado o "serviço", voltam à sua atividade regular, que pode ser o cultivo da terra ou a garimpagem de minério. A esmagadora maioria é trazida de Estados vizinhos, geralmente do Maranhão, onde ainda funciona um sindicato do crime para atender pedidos e desembaraçar tarefas.

O Pará é o líder em urbanização tardia no Brasil, o que significa possuir a maior taxa nacional de *ruralização*. O município da capital possui apenas 20% da população do Estado (Manaus acomoda metade de toda a população do vizinho Amazonas, o maior dos Estados brasileiros).

Mesmo considerando toda a sua área de influência, o peso demográfico de Be-

lém vai pouco além de um terço dos seis milhões de habitantes do Estado. Há uma pulverização de gente nos 1,2 milhão de quilômetros quadrados do seu território.

O Pará está representado na bandeira nacional por aquela estrela solitária, que fica do lado de cima da faixa de ordem e progresso, o *jingle* da República positivista. As outras 26 unidades federativas foram agrupadas na parte de baixo da faixa, que atravessa o símbolo da pátria de um extremo a outro. Seria uma inadvertida simbologia negativa, de que o Pará está condenado à desordem e ao atraso, ao invés da interpretação dos paraenses sobre seu privilégio exclusivista na partilha do espaço federativo?

O comércio da morte acertada e o trabalho escravizado indicam a primeira hipótese. Nessas duas modalidades nada olímpicas o Pará continua disparado no levantamento nacional promovido pela Comissão Pastoral da Terra. A versão 2002 das estatísticas, que a entidade divulga há 18 anos, foi lançada no mês passado, em Brasília, confirmando o Pará na cabeça em matéria de violência no campo e no abuso da mão-de-obra rural.

Aparentemente, nenhuma novidade nessa já amarga rotina. Interpretados com mais atenção e melhor conhecimento de causa, porém, os dados mostram uma tendência ao agravamento desses problemas, não à sua atenuação (falar em solução parece completamente fora de propósito).

Incentivados pela impunidade e a ausência de uma arbitragem eficaz, os atores do tumultuado cenário paraense estão recorrendo cada vez mais diretamente às chamadas vias de fato, sem passar por etapas intermediárias de negociação. Por isso a quantidade de conflitos de terra (a principal causa da beligerância) diminuiu ligeiramente, mas o número de assassinatos cresceu. O primado da violência está cada vez mais acentuado, arastando consigo a disposição de contrariar as normas legais e de desafiar o aparelho público incumbido de aplicá-las ou fiscalizar sua aplicação.

Dos 38 assassinatos praticados em meio a conflitos pela posse da terra no Brasil no ano passado, 17 (ou 45%) aconteceram no Pará (o segundo lugar é do Espírito Santo, muito mais presente no noticiário jornalístico nacional, com seis casos, quase três vezes menos). O núme-

ro de conflitos baixou um pouco (6%), mas os assassinatos aumentaram 30%, as agressões físicas foram 50% maiores e as ameaças de morte quase dobraram.

Em compensação, as prisões diminuíram em quase 30%. Em mais da metade dos casos de homicídio, ou os assassinos não foram identificados ou conseguiram fugir. De qualquer maneira, estão livres, leves e soltos. Para outro homicídio.

O Pará está em situação ainda pior em matéria de trabalho escravo. O crescimento dessa forma – a mais vil e antiga – de exploração do trabalhador foi considerado "assustador" pela CPT. Atingiu a quantidade recorde de 148 casos, envolvendo 5.665 pessoas, dos quais 117 casos e 4.333 pessoas trabalhando sob regime forçado no Pará. São espantosos 80% do total. O segundo lugar é do vizinho Maranhão, com 12 casos e 432 pessoas. Dez vezes menos.

A divisa entre os dois Estados, aliás, ainda pendente de um arbitramento no contencioso da área do Gurupi, se tornou metafísica. O trem de transporte de minério de ferro de Carajás, manobrado pela Companhia Vale do Rio Doce graças a uma concessão federal de 50 anos, se tornou um dos principais veículos dos anacronismos nas relações sociais nessa região, justamente a mais violenta dos dois Estados.

Os 900 quilômetros da ferrovia, ligando a maior província mineral do planeta, no Pará, a um dos mais privilegiados portos oceânicos da Terra, o da Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, é o segundo mais importante corredor de exportação do país. Mas entre esses dois terminais há um mundo de marginalidade e exclusão que se expande como uma bolha de tensão, sempre ameaçando explodir.

Os péssimos indicadores sociais do Pará, sempre em conurbação com os do Maranhão (a despeito da crescente rivalidade e antagonismo entre ambos), têm se tornado cada vez piores, ao invés de melhorarem. No entanto, o Estado é o terceiro que mais recebe investimentos em infra-estrutura no Brasil. Ostenta também alguns indicadores econômicos expressivos em função da ampliação de sua base mineral e metalúrgica, que lhe dá relevância mundial. Mas parece condenado à esquizofrenia social por causa do mo-

# trem da Amazônia?

delo de enclave desses investimentos. Os benefícios são concentrados. Os malefícios, socializados.

Uma simples viagem pela ferrovia de Carajás, uma das mais modernas do país (pela qual o volume de minério transportado já bate em 60 milhões de toneladas, quatro vezes seu tamanho de projeto), dispensa legendas e explicações. Em uma de suas origens está o impressionante pátio de manobras e de estocagem de matérias primas da Ponta da Madeira, em processo de ampliação para receber um pólo siderúrgico, que amiudará ainda mais a frequência dos imensos navios internacionais, tipo Panamax, cuja capacidade de carga se conta até pelas centenas de milhares de toneladas.

Na outra ponta da linha está o mais deslumbrante conjunto de minérios acumulado num só ponto da crosta terrestre, cercado por uma excepcional paisagem de floresta (a única ainda íntegra na região), animais e água, sem igual em qualquer outro cenário de mineração.

Quem consegue transpor a guarita de segurança da CVRD, no pé da serra, e subir o platô da lavra mineral, a 400 metros de altitude, dificilmente deixará de encantar com o que verá, tanto de obra da natureza quanto (sujeita aos miasmas próprios) do homem. Os japoneses, que da-

quelas minas extraem 15% de todo o minério de que precisam para os altos-fornos de suas siderurgias, se extasiaram. Alguns asseguram, com bonomia, ser o único lugar no qual os orientais ficam de olhos esbugalhados.

No meio do caminho, porém, o viajante do trem, que sempre corre lotado de gente humilde, feia e pobre, embarcada aos empurrões nos pontos intermediários, poderá testemunhar o espetáculo triste do fim de todo um vale, como o do Pindaré, dilapidado há gerações, mas com ênfase maior pelas atuais.

Se fizer duas vezes o percurso (18 horas em cada direção), talvez encontre gente que foi e gente que voltou, gente que levava seus sonhos para a fronteira e que de lá os trouxe, já na forma de desilusão. Se inquirir seus companheiros de viagem, talvez se surpreenda em constatar que muitos sequer possuem um documento de identificação.

Já os inquiridos se surpreenderão de serem inquiridos, o que raramente sucede. A liberdade do ir-e-vir, levada ao paroxismo por um culto constitucional formalista, dá asas à constante e desinibida migração de gente que não cultua o identificar-se, como os pistoleiros de aluguel.

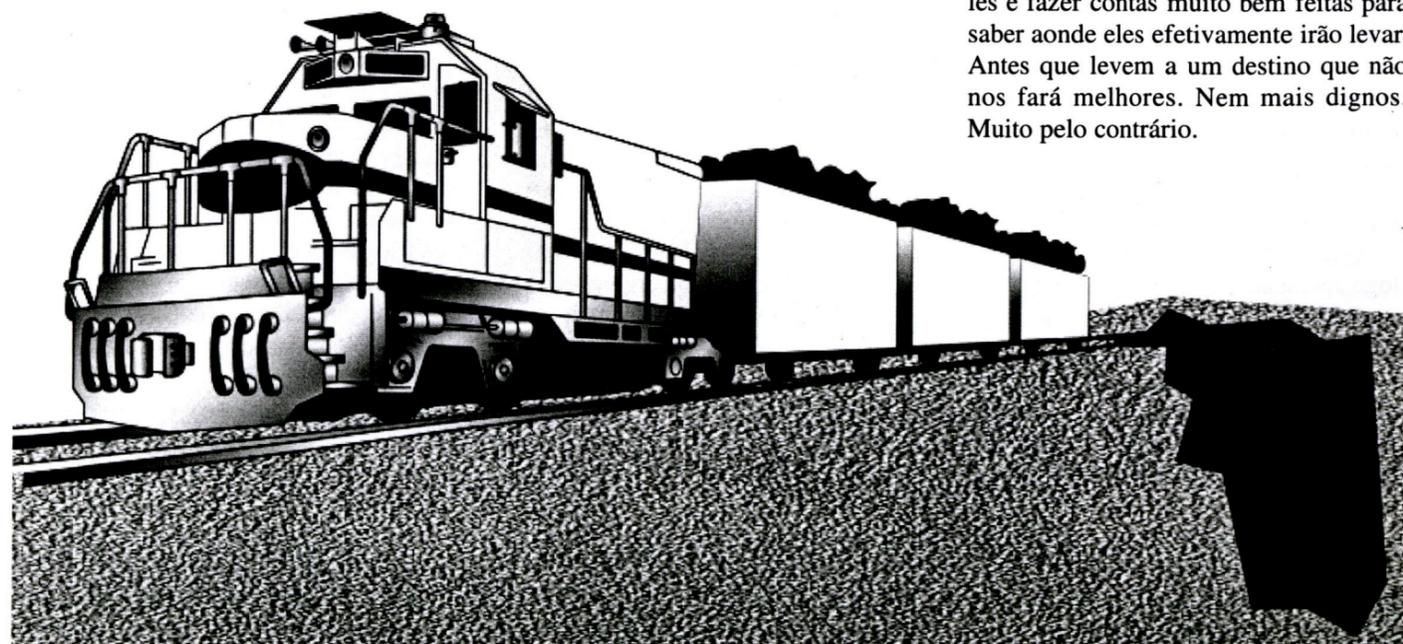
O trem foi um elemento da exploração de paragens tropicais de fronteira, como na Ásia. Mas um filósofo do século XIX, convencido de que a humanidade caminha sempre para frente (e para cima),

não criando problemas que não possa resolver, contemporizava os críticos do colonialismo inglês no Oriente.

Os trens que levavam o *bwana* para os locais de exploração dos recursos naturais descobertos (futuras mercadorias) seriam os mesmos que os nativos usariam a expulsar os colonizadores. Mais do que tudo, funcionaria a modernização, pedra de toque para o progresso.

Hoje, mais velhos, talvez mais instruídos pelas lições do tempo, ainda podemos nos dar ao luxo de conviver com o desperdício (tanto de recursos naturais quanto de seres humanos) e de acreditar que basta modernizar as regiões remotas do país para que elas se desenvolvam através da autoclave dos "grandes projetos", empreendimentos produtivos que irão ligar esses pontos remotos da civilização às grandes praças de consumo dos bens que deverão produzir, quintessência da modernidade elevada à condição de pós-tudo? Serão mesmo esses empreendimentos centros de dinamismo, provocando efeitos econômicos para frente e para trás, multiplicando os investimentos? Ou serão, na verdade, autênticos cavalos de Tróia?

A negra estatística divulgada na semana passada pela CPT, "verbalizando" (como diz o patuá acadêmico) o que circula em gabinetes fechados ou no circuito do governo, recomenda, como atitude sensata e humana, verificar cada um desses empreendimentos, olhar em torno deles e fazer contas muito bem feitas para saber aonde eles efetivamente irão levar. Antes que levem a um destino que não nos fará melhores. Nem mais dignos. Muito pelo contrário.



Os rios sempre foram mais do que água na região. Mas podem virar quase nada se nada for feito para protegê-los

No dia 15 de janeiro, os moradores das margens do rio Iriri, um dos formadores do Xingu, por sua vez um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas, no Pará, começaram a notar o aparecimento de peixes mortos. Só um mês depois é que foram informados sobre a causa provável da alta concentração de cianotoxinas nas águas do rio, que acabaram se estendendo por boa parte do baixo Xingu, ameaçando a vida da fauna e de pelo menos 100 mil pessoas, incluindo três dos maiores grupamentos indígenas do Estado. O Iriri e o Xingu, a partir do ponto em que suas águas se fundem, percorrem aproximadamente mil quilômetros, de sul a norte, até desaguar no Amazonas, o maior rio do planeta.

Desde o início do fenômeno, até a sua identificação e registro para comunicação às autoridades, foram necessários 10 dias. Uma amostra da água contaminada só chegou alguns dias depois aos laboratórios da Universidade Federal do Pará, em Belém, quase mil quilômetros a leste de Altamira, a maior cidade do vale do baixo Xingu (com 85 mil habitantes). Foi fácil diagnosticar o problema: teor de nitrogênio amoniacal muito acima do limite estabelecido pela legislação ambiental brasileira para águas da classe II, aquelas que podem ser consumidas pelo ser humano.

Quanto à causa do problema, foram logo apresentadas duas ordens de teorias explicativas. A origem poderia ser natural, provocada pela multiplicação exagerada de algas no fundo do Iriri, às proximidades das suas nascentes, que exauriram o oxigênio. O gás matou diretamente os peixes mais suscetíveis e foi agindo sobre a cadeia alimentar, além de se espalhar pela água. O alcance, a velocidade e a intensidade dos seus efeitos, entretanto, surpreenderam as pessoas que vivem ou acompanham a vida na região.

Duas hipóteses com base em causas humanas foram também suscitadas. A primeira especulação foi associada ao uso de produtos químicos na extração madeireira, a atividade de maior impacto na área atualmente. O veneno poderia ter sido aplicado na imunização da madeira ou seria um desfolhante utilizado para acelerar a ação dos desmatadores.

Posteriormente, a especulação se deslocou para uma antiga mina de cassiterita, já desativada. Dos tanques de contenção abandonados poderia ter vazado arsênio, usado na depuração do minério de estanho.

A prova dos nove terá que aguardar até quando análises mais profundas poderão esclarecer o fenômeno. Independentemente de suas origens, porém, ele já assumiu a característica de um autêntico desastre ecológico, dos maiores nas águas da Amazônia nos últimos anos. Milhares de peixes de várias espécies e outros animais morreram, incluindo os resistentes jacarés.

Privações e prejuízos foram causados à vida humana, embora ainda não se tenha notícia de qualquer morte. Muitas comunidades tiveram que suspender o uso do rio para suas necessidades e recorrer a poços artesianos. Algumas ficaram durante vários dias sem água potável. Outras foram privadas também de sua principal fonte de alimentação, o peixe.

Mais do que tudo, porém, ficou atestada mais uma vez a precariedade dos meios de prevenção e controle de problemas na região. Problemas que tendem a se diversificar e agravar na medida em que a presença humana se adensa e se expande. Se o teor de gás agressivo à vida nas águas do Iriri é um produto da natureza, que se realizava e se exauria em seus limites, sua transformação em caso de calamidade pública deve-se à presença cada vez maior do homem em domínios novos, em regiões até então selvagens, expandindo a fronteira antrópica.

O pioneiro vai avançando celeremente, mas a estrutura de serviços, dentre as quais a do governo, como normatizador e regulador, encarregado de prover o conforto e de assegurar o equilíbrio, não o acompanha. O resultado é que, no caso do desastre do Iriri, as autoridades receberam a notícia da contaminação das águas, mas não dispunham de recursos

para deslocar imediatamente seus técnicos até o local para a verificação do problema e a coleta de material. Daí a incerteza sobre o fenômeno perdurar por tanto tempo, um contraste com a capacidade da ciência para dar respostas mais imediatas e oferecer os meios para proteger o homem desse tipo de agressão.

O descompasso entre a disponibilidade, em tese, dos conhecimentos humanos já existentes e o avanço da atividade produtiva é uma das causas dos grandes danos que o alargamento das fronteiras amazônicas causa à natureza e ao próprio colonizador. Ao prejuízo diretamente ecológico se aduz a destruição de bens que poderiam se tornar produtos e mercadorias (inclusive renováveis), se o processo não fosse tão caótico, predatório, irracional.

A biodiversidade tem sido a principal vítima, pela qual todos ainda verteremos lágrimas de sangue (*cifronizado* ou não). Investe-se pouco nas formas de antecipação e de remediação da presença humana, como se a corrida às novas terras amazônicas tivesse que seguir os mesmos processos de séculos anteriores, ignorando o avanço civilizatório.

Essa "filosofia" expõe os pioneiros (e também os nativos, convém não ignorar) a um risco que seria evitado se a ciência, a tecnologia e as conquistas da sociedade humana seguissem junto com os devassadores das novas fronteiras econômicas. Como isso não acontece, quase 100 mil pessoas ficam sujeitas à intoxicação e envenenamento por falta de informação a tempo sobre a contaminação das águas que utilizam para consumo próprio. À ameaça estiveram expostos tanto os habitantes citadinos de Altamira quanto os índios de três grandes aldeias.

Se antes do início do processo de integração física e econômica da Amazônia ao restante do Brasil, do qual era pouco mais do que um apêndice até a década de 50, o homem vivia em certa harmonia com a natureza, que era o elemento dominante da relação, hoje os pólos se inverteram. Dava-se ao luxo de retirar do rio grande parte do que precisava para atender suas necessidades, da água para beber ao peixe para se alimentar.

A natureza às vezes filtra, mas quase sempre incorpora os efeitos da ação humana, mesmo que não gere reação

# Sujeitos

# aos desastres

imediate, nem ofereça aviso de contra-indicação. Há bombas de efeito retardado plantadas em vários pontos da região, como se fossem minas abandonadas pelos que combatem a natureza como se enfrentassem um inimigo odiado (não a companheira de antes).

A hipótese sobre a contaminação do Iriri por resíduos de arsênio da mineração de cassiterita é uma dessas minas. Na bacia do Xingu, rio acima, uma outra mineradora utilizou cianeto para a produção de ouro. Terá deixado resíduos? Eles podem estar chegando às drenagens naturais? Quantas outras lavras, abertas sem qualquer preocupação com seu impacto ecológico, não foram encerradas com a mesma negligência, formando lixeiras a céu aberto?

Nas décadas de 70 e 80, quando ainda não havia a consciência ecológica dos nossos dias, muitos desastres aconteceram na Amazônia sem sequer merecer o registro que agora teve a contaminação no Iriri. Fazendeiros aplicaram desfolhantes químicos para se livrar do estorvo da cobertura vegetal de suas áreas (legítimas ou griladas) e produzir mais rapidamente pastagens, que logo em seguida entravam em degradação, na esquizofrênica substituição de paisagens ricas por paisagens pobres, que tem sido uma das marcas da "integração" da Amazônia.

Em outro episódio, técnicos saíram atrás de venenos que a desastrosa Agropecuária Capemi supostamente deixara na área que seria inundada para a formação do enorme lago artificial da hi-

drelétrica de Tucuruí, no Tocantins. Até os pés da barragem, aliás, podia chegar o mercúrio aplicado desbragadamente pelos garimpeiros de Serra Pelada na cata de ouro. De drenagem em drenagem, assumindo a forma mais sinuosa de veneno orgânico, o mercúrio poderia chegar até Belém, a maior cidade da região.

Tudo é possível. Não esteve a capital paraense, bem pouco tempo atrás, exposta à poluição de petróleo, que era transportado numa embarcação sem qualquer condição de desempenhar esse tipo de atividade (tanto que naufragou bem na margem, de uma forma primária, que só por acaso não se transformou em uma nova tragédia).

Como se fosse a face oculta da Lua, essa é a face não iluminada da

glamurosa aventura amazônica, que não faz parte do *script*. O roteiro do fascínio inclui o ponto de extração da riqueza, os meios para levá-la a um ponto litô-râneo de embarque (ou reembarque) e as providências para fazê-la chegar até um ponto de consumo final. Neste último é que atuam os atores principais dessa história, os mocinhos.

Para trás ficam os *saloons*, as minas, as estradas poeirentas e os rios que vão se tornando precários meios de transporte ou de abastecimento de água, sem que seus usuários se dêem conta da dimensão do drama que estão vivendo. E, menos ainda, dos elos invisíveis que os atam à epopéia de conquista. Na qual, como de regra nessas histórias, são apenas cenário, decoração ou figurantes. Condenados, portanto, ao anonimato e ao descaso. E, freqüentemente, à morte antecipada. Estupidamente abreviada.



Os rios sempre foram mais do que água na região. Mas podem virar quase nada se nada for feito para protegê-los

No dia 15 de janeiro, os moradores das margens do rio Iriri, um dos formadores do Xingu, por sua vez um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas, no Pará, começaram a notar o aparecimento de peixes mortos. Só um mês depois é que foram informados sobre a causa provável da alta concentração de cianotoxinas nas águas do rio, que acabaram se estendendo por boa parte do baixo Xingu, ameaçando a vida da fauna e de pelo menos 100 mil pessoas, incluindo três dos maiores grupamentos indígenas do Estado. O Iriri e o Xingu, a partir do ponto em que suas águas se fundem, percorrem aproximadamente mil quilômetros, de sul a norte, até desaguar no Amazonas, o maior rio do planeta.

Desde o início do fenômeno, até a sua identificação e registro para comunicação às autoridades, foram necessários 10 dias. Uma amostra da água contaminada só chegou alguns dias depois aos laboratórios da Universidade Federal do Pará, em Belém, quase mil quilômetros a leste de Altamira, a maior cidade do vale do baixo Xingu (com 85 mil habitantes). Foi fácil diagnosticar o problema: teor de nitrogênio amoniacal muito acima do limite estabelecido pela legislação ambiental brasileira para águas da classe II, aquelas que podem ser consumidas pelo ser humano.

Quanto à causa do problema, foram logo apresentadas duas ordens de teorias explicativas. A origem poderia ser natural, provocada pela multiplicação exagerada de algas no fundo do Iriri, às proximidades das suas nascentes, que exauriram o oxigênio. O gás matou diretamente os peixes mais suscetíveis e foi agindo sobre a cadeia alimentar, além de se espalhar pela água. O alcance, a velocidade e a intensidade dos seus efeitos, entretanto, surpreenderam as pessoas que vivem ou acompanham a vida na região.

Duas hipóteses com base em causas humanas foram também suscitadas. A primeira especulação foi associada ao uso de produtos químicos na extração madeireira, a atividade de maior impacto na área atualmente. O veneno poderia ter sido aplicado na imunização da madeira ou seria um desfolhante utilizado para acelerar a ação dos desmatadores.

Posteriormente, a especulação se deslocou para uma antiga mina de cassiterita, já desativada. Dos tanques de contenção abandonados poderia ter vazado arsênio, usado na depuração do minério de estanho.

A prova dos nove terá que aguardar até quando análises mais profundas poderão esclarecer o fenômeno. Independentemente de suas origens, porém, ele já assumiu a característica de um autêntico desastre ecológico, dos maiores nas águas da Amazônia nos últimos anos. Milhares de peixes de várias espécies e outros animais morreram, incluindo os resistentes jacarés.

Privações e prejuízos foram causados à vida humana, embora ainda não se tenha notícia de qualquer morte. Muitas comunidades tiveram que suspender o uso do rio para suas necessidades e recorrer a poços artesanais. Algumas ficaram durante vários dias sem água potável. Outras foram privadas também de sua principal fonte de alimentação, o peixe.

Mais do que tudo, porém, ficou atestada mais uma vez a precariedade dos meios de prevenção e controle de problemas na região. Problemas que tendem a se diversificar e agravar na medida em que a presença humana se adensa e se expande. Se o teor de gás agressivo à vida nas águas do Iriri é um produto da natureza, que se realizava e se exauria em seus limites, sua transformação em caso de calamidade pública deve-se à presença cada vez maior do homem em domínios novos, em regiões até então selvagens, expandindo a fronteira antrópica.

O pioneiro vai avançando celeremente, mas a estrutura de serviços, dentre as quais a do governo, como normatizador e regulador, encarregado de prover o conforto e de assegurar o equilíbrio, não o acompanha. O resultado é que, no caso do desastre do Iriri, as autoridades receberam a notícia da contaminação das águas, mas não dispunham de recursos

# Sujeitos

para deslocar imediatamente seus técnicos até o local para a verificação do problema e a coleta de material. Daí a incerteza sobre o fenômeno perdurar por tanto tempo, um contraste com a capacidade da ciência para dar respostas mais imediatas e oferecer os meios para proteger o homem desse tipo de agressão.

O descompasso entre a disponibilidade, em tese, dos conhecimentos humanos já existentes e o avanço da atividade produtiva é uma das causas dos grandes danos que o alargamento das fronteiras amazônicas causa à natureza e ao próprio colonizador. Ao prejuízo diretamente ecológico se aduz a destruição de bens que poderiam se tornar produtos e mercadorias (inclusive renováveis), se o processo não fosse tão caótico, predatório, irracional.

A biodiversidade tem sido a principal vítima, pela qual todos ainda verteremos lágrimas de sangue (*cifronizado* ou não). Investe-se pouco nas formas de antecipação e de remediação da presença humana, como se a corrida às novas terras amazônicas tivesse que seguir os mesmos processos de séculos anteriores, ignorando o avanço civilizatório.

Essa "filosofia" expõe os pioneiros (e também os nativos, convém não ignorar) a um risco que seria evitado se a ciência, a tecnologia e as conquistas da sociedade humana seguissem junto com os devassadores das novas fronteiras econômicas. Como isso não acontece, quase 100 mil pessoas ficam sujeitas à intoxicação e envenenamento por falta de informação a tempo sobre a contaminação das águas que utilizam para consumo próprio. À ameaça estiveram expostos tanto os habitantes citadinos de Altamira quanto os índios de três grandes aldeias.

Se antes do início do processo de integração física e econômica da Amazônia ao restante do Brasil, do qual era pouco mais do que um apêndice até a década de 50, o homem vivia em certa harmonia com a natureza, que era o elemento dominante da relação, hoje os pólos se inverteram. Dava-se ao luxo de retirar do rio grande parte do que precisava para atender suas necessidades, da água para beber ao peixe para se alimentar.

A natureza às vezes filtra, mas quase sempre incorpora os efeitos da ação humana, mesmo que não gere reação

# aos desastres

imediate, nem ofereça aviso de contra-indicação. Há bombas de efeito retardado plantadas em vários pontos da região, como se fossem minas abandonadas pelos que combatem a natureza como se enfrentassem um inimigo odiado (não a companheira de antes).

A hipótese sobre a contaminação do Iriri por resíduos de arsênio da mineração de cassiterita é uma dessas minas. Na bacia do Xingu, rio acima, uma outra mineradora utilizou cianeto para a produção de ouro. Terá deixado resíduos? Eles podem estar chegando às drenagens naturais? Quantas outras lavras, abertas sem qualquer preocupação com seu impacto ecológico, não foram encerradas com a mesma negligência, formando lixeiras a céu aberto?

Nas décadas de 70 e 80, quando ainda não havia a consciência ecológica dos nossos dias, muitos desastres aconteceram na Amazônia sem sequer merecer o registro que agora teve a contaminação no Iriri. Fazendeiros aplicaram desfolhantes químicos para se livrar do estorvo da cobertura vegetal de suas áreas (legítimas ou griladas) e produzir mais rapidamente pastagens, que logo em seguida entravam em degradação, na esquizofrênica substituição de paisagens ricas por paisagens pobres, que tem sido uma das marcas da "integração" da Amazônia.

Em outro episódio, técnicos saíram atrás de venenos que a desastrosa Agropecuária Capemi supostamente deixara na área que seria inundada para a formação do enorme lago artificial da hi-

drelétrica de Tucuruí, no Tocantins. Até os pés da barragem, aliás, podia chegar o mercúrio aplicado desbragadamente pelos garimpeiros de Serra Pelada na cata de ouro. De drenagem em drenagem, assumindo a forma mais sinuosa de veneno orgânico, o mercúrio poderia chegar até Belém, a maior cidade da região.

Tudo é possível. Não esteve a capital paraense, bem pouco tempo atrás, exposta à poluição de petróleo, que era transportado numa embarcação sem qualquer condição de desempenhar esse tipo de atividade (tanto que naufragou bem na margem, de uma forma primária, que só por acaso não se transformou em uma nova tragédia).

Como se fosse a face oculta da Lua, essa é a face não iluminada da glamurosa aventura amazônica, que não faz parte do *script*. O roteiro do fascínio inclui o ponto de extração da riqueza, os meios para levá-la a um ponto litorâneo de embarque (ou reembarque) e as providências para fazê-la chegar até um ponto de consumo final. Neste último é que atuam os atores principais dessa história, os mocinhos.

Para trás ficam os *saloons*, as minas, as estradas poeirentas e os rios que vão se tornando precários meios de transporte ou de abastecimento de água, sem que seus usuários se dêem conta da dimensão do drama que estão vivendo. E, menos ainda, dos elos invisíveis que os atam à epopéia de conquista. Na qual, como de regra nessas histórias, são apenas cenário, decoração ou figurantes. Condenados, portanto, ao anonimato e ao descaso. E, freqüentemente, à morte antecipada. Estupidamente abreviada.



O fim dos grandes contratos de energia é a oportunidade para mudar as regras do jogo

Em maio do próximo ano a Eletronorte terá que renegociar os contratos de fornecimento de energia com seus dois principais clientes. São as duas maiores fábricas de alumínio do Brasil e da América do Sul: a Albrás, que funciona em Belém, capital do Pará, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce e de um consórcio japonês (a Naac), e a Alumar, instalada em São Luís, no Maranhão, na qual estão associadas a Alcoa (maior produtora mundial do metal), a BHP Billiton (uma das maiores mineradoras do planeta) e a Alcan, três dos seis integrantes do cartel das "seis irmãs", as principais empresas desse mercado.

Juntas, as duas fábricas produzem perto de 800 mil toneladas de alumínio primário (dois terços do total nacional), quase integralmente exportado. Produzindo o bem industrial que mais absorve energia, elas são responsáveis por 3% da demanda energética brasileira (ou 1,9 mil megawatts, o triplo do consumo de todo o Estado do Pará). Todos os meses pagam entre 15 milhões e 20 milhões de dólares de conta de energia à Eletronorte, ou em torno de US\$ 200 milhões no final do ano. Esse custo representa pouco mais de 10% do valor de suas exportações. Se tivessem que pagar a energia pela tarifa real, teriam que acrescentar US\$ 400 milhões ao que recolhem à conta da empresa estatal.

Em 20 anos de contrato, que serão completados em 2004, o subsídio chegará a US\$ 2 bilhões, dinheiro suficiente para construir mais do que uma fábrica de alumínio inteiramente nova. Entre 1986 e 1995, as indústrias de alumínio instaladas no noroeste dos Estados Unidos, que contribuíam com 40% da produção americana, receberam de subsídio US\$ 935 milhões. Projetado para 20 anos, é quase o mesmo valor que favorece a Albrás e a Alumar, com notável diferença entre os dois casos: nos EUA há mais indústrias e mais produção partilhando esse favor. E os EUA são muito mais ricos do que o Brasil.

# Mudanças na

As plantas de alumínio do noroeste americano estão diminuindo sua produção ou simplesmente fechando justamente porque o favorecimento energético se tornou insustentável. As tarifas praticadas estão na faixa de 20 a 40 dólares o megawatt/hora. A tarifa paga pela Albrás, a menor do país, negociada em 1980, varia entre 12 e 13 dólares o MWh. A Alumar, que fechou sua negociação contratual três anos depois, paga ao redor de US\$ 22 o MWh.

Porta-vozes da Alumar já mandaram dizer que renovarão o contrato, se possível por mais 20 anos, se esse patamar for mantido. Ele representa um recolhimento mensal de US\$ 5 milhões constantes (e pagos em dia) na conta da Eletronorte. Para a Albrás, mesmo essa tarifa enormemente favorecida significará ter que quase dobrar o recolhimento atual à estatal amazônica. Ainda assim, valerá a pena – e como!

Mas será vantajoso para a geradora da energia? Pelos padrões atuais, não. O pesquisador Raymundo Ruy Bahia, professor aposentado da Universidade Federal do Pará e principal autoridade sobre o tema no Estado, calcula em 72 dólares o custo do megawatt/hora gerado na hidrelétrica de Tucuruí.

A própria Eletronorte diz que essa é a tarifa da primeira etapa, na qual investiu – de seu, de terceiros e da Eletrobrás – não menos de US\$ 8 bilhões para viabilizar a usina do rio Tocantins. Mas na se-

gunda etapa, que duplicará a potência da hidrelétrica (de 4,2 milhões para 8,3 milhões de MW), com investimento de US\$ 1,3 bilhão, cada megawatt instalado sairá por US\$ 17,50, o que lhe permitiria renovar os contratos por mais 20 anos com uma tarifa unificada de US\$ 22, aparentemente atendendo às duas partes.

Alguns técnicos, como o próprio Bahia, discordam do parâmetro dessa definição tarifária. Sob o argumento de que a hidrelétrica é uma só, tanto faz na primeira como na segunda etapa, seria um absurdo dividi-la, para efeito de cálculo,

apenas para atender as duas indústrias eletrointensivas, mesmo com todas as vantagens que elas representam como clientes que consomem uma elevada quantidade de energia constante, firme.

Ao invés de considerar os custos separadamente, defendem o estabelecimento de um valor médio. Assim resultaria uma tarifa de US\$ 51,60 MWh, de acordo com os cálculos de Raymundo Bahia. O custo da hidrelétrica completa foi arcado integralmente pelo erário. Tucuruí I chegou à prancheta, em 1975, por US\$ 2,1 bilhão. Computando todo o custo financeiro, inclusive da transmissão, deve ter passado de US\$ 10 bilhões. Tucuruí II foi orçada em US\$ 1,3 bilhão. Será o preço final?

A prorrogação dos dois maiores contratos individuais de energia do país só será possível se o governo decidir esquecer a conta de amortização de Tucuruí e transferir o ônus para o tesouro nacional. De outra forma, a Eletronorte só poderá continuar a fornecer energia para a Albrás e a Alumar, mantendo ao mesmo tempo

seu própria saúde financeira (tornando-se assim, finalmente, auto-sustentável), se for além do limite tarifário aceito pelos sócios da indústria maranhense.

Do contrário, Albrás e Alumar terão que buscar outra fonte de energia ou refazer seus cálculos de viabilidade, sustentados, na origem, num nível exageradamente dependente do mercado internacional (e por seus

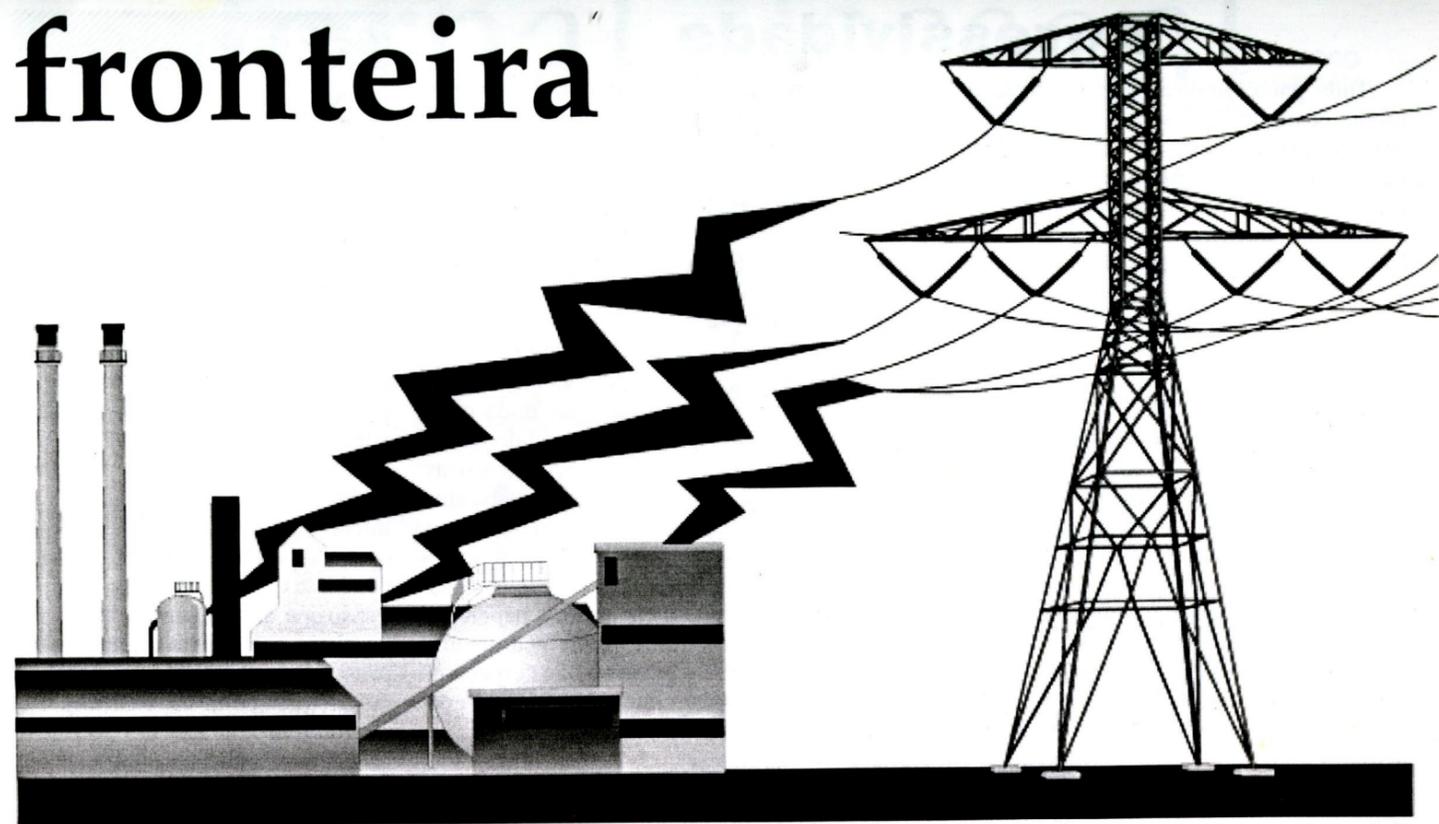
preços determinado).

Uma fonte alternativa, poderia ser o gás natural, importado de Trinidad-Tobago, numa primeira etapa, ou da foz do rio Amazonas, até 2010, se as prospecções em curso no litoral amazônico derem bom resultado.

Essa hipótese, porém, envolve muitas variáveis incertas e complexidade tecnológica, além de não ser solução de curto prazo. Só se tornará exequível na próxima década. Nunca se apresentará como o substitutivo para os contratos atuais.

**A Eletronorte só poderá continuar a fornecer energia para a Albrás e Alumar, se for além do limite tarifário**

# fronteira



Na outra alternativa, a do auto-suprimento de energia de fonte hidráulica, direta ou indiretamente as duas fundições de alumínio já estão investindo. A Alumar tem aplicado nos últimos anos entre 150 milhões e 200 milhões de dólares em duas hidrelétricas, também no rio Tocantins, Santa Isabel e Estreito, que só começarão a gerar energia em 2007. Também poderá disputar a licitação, com parceiros, para o projeto de Serra Quebrada.

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Alumínio, as companhias já investiram US\$ 1,5 bilhão na construção de novas usinas. A Alcoa diz que, sozinha, planeja gastar um bilhão de dólares construindo novas usinas no Brasil nos próximos cinco anos. Só para as bacias do Tocantins-Araguaia estão previstas 14 barragens estão sendo propostas.

Naturalmente, essa política não visa apenas o auto-suprimento. As eletrointensivas devem se tornar produtoras independentes se o mercado se mostrar rentável. Mas este é ainda um elemento de imponderabilidade alta, principalmente porque o novo governo ainda não definiu uma diretriz segura para essa questão.

O final dos dois maiores contratos de energia pode ser a oportunidade para a administração petista abrir uma pau-

ta bem mais ampla do que simplesmente estabelecer o valor da nova tarifa para os mais privilegiados consumidores industriais do Brasil.

Em 20 anos o grosso da produção foi transferido para o exterior quase na forma de energia bruta. O beneficiamento industrial praticamente se limitou ao metal primário, de baixo valor agregado.

Aceitar esse padrão é condenar o país a relações de troca desfavoráveis, transferindo para o comprador do produto semi-elaborado o efeito multiplicador do investimento (que traz embutido um formidável custo financeiro por causa dos empréstimos internacionais onerosos).

Por outro lado, tem sido muito tímida a atuação das empresas na reciclagem do alumínio, transformada, nos países do primeiro mundo, em fonte notável de poupança de energia.

Na Amazônia, pelo contrário, o que tem ocorrido é um veloz incremento da produção de bauxita, o minério que dá a partida para o ciclo de beneficiamen-

**Em 20 anos o grosso da produção foi transferido para o exterior quase na forma de energia bruta**

to. No ano passado, a Mineração Rio do Norte bateu seu recorde de produção, chegando a 16,3 milhões de toneladas, a terceira maior do mundo. Sua mina está sendo expandida, mas como chegou ao gargalo em função da limitada capacidade de escoamento pelo rio Trombetas, uma nova frente mineral já está sendo aberta, mais próxima das fábricas de alumina e alumínio, para logo chegar à metade da produção da Rio do Norte.

Isto significa que os compradores, além de receberem energia concentrada em metal, vão acumular reservas de recursos naturais que se tornarão recicláveis com o reaproveitamento do alumínio (cujo horizonte é inesgotável).

A questão, portanto, é mais ampla e profunda do que parece. Não pode ficar circunscrita a encontros de gabinete entre as duas partes. Talvez possa proporcionar o redirecionamento de um importante segmento do mundo industrial brasileiro, intimamente associado ao capital estrangeiro, numa região de fronteira, como a Amazônia.

# Agressividade

Tudo parece indicar que a ocupação da região oeste do Pará será ainda mais selvagem do que o caótico processo de colonização de sua parte sul. Além da voracidade dos pioneiros, quase tão descomprometidos com as peculiaridades locais quanto seus antecessores do vale do Araguaia-Tocantins, a ausência do poder arbitral do governo será um combustível ainda mais eficaz para alimentar as labaredas da depredação dos recursos naturais e dos problemas sociais, dois elementos definidores do modo de ocupação das áreas pioneiras nos vales do Tapajós e do Xingu.

Quem vai a essa região, como foi o caso do enviado da ONU (Organização das Nações Unidas), Jean Pierre Leroy, no mês passado, não consegue esconder o espanto e a surpresa diante da forma irracional das frentes econômicas. Mas quem fica na retaguarda também sente esse impacto.

Um dos efeitos dessa selvageria pode ser medido por um fato completamente inusitado, que também ocorreu no mês passado:

quatro homens armados invadiram a sede do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), em um bairro central de Belém.

Saíram carregando apenas papéis, dentre os quais 22,5 mil ATPFs (Autorização de Transporte de Produtos Florestais) em branco. Esses documentos valem muito dinheiro (no caso, um potencial de pelo menos 10 milhões de reais), principalmente se forem usados para legalizar o escoamento de madeira extraída ilegalmente. E de onde mais está saindo madeira no momento é do oeste.

Essa corrida tem um aperfeiçoamento: as quadrilhas estão mais bem organizadas, amplamente ramificadas. Na invasão do Ibama foi observado um fato: os assaltantes puderam agir rapidamente porque pareciam saber o que procurar e onde encontrar a papelada. Além das autorizações, o butim incluiu também processos. Se o governo não começar a agir para valer, vai ter muito leite derramado a lamentar e muita Inês morta.

## Chapa branca

O semanário *O Paraense* voltou a circular em janeiro, depois de uma quinzena de recesso, apenas para fazer presença no aniversário de Belém e faturar a farta publicidade estadual (quatro páginas em 12).

Mas não resistiu à decisão do novo governador de suspender a parceria, sensível a determinadas pressões que recebeu, sobretudo as do grupo Liberal, indisposto a dividir o

bolo e perder o monopólio do controle e mando. E incomodado com ligeiras farpas do jornal, que, em seu curto período de existência, foi um porta-voz não oficial e um instrumento de campanha política.

Se os tucanos ficaram sem seu veículo de comunicação, os petistas já têm o seu: é a revista quinzenal *Em Questão*, cujo número zero circulou no início de dezembro do ano passado. Impressa em gráfica própria, parece estar

visando público semelhante ao do extinto semanário pró-PSDB. Clientela sequiosa por uma cobertura jornalística de melhor qualidade, mas suscetível a campanhas que só elogiam uns e só criticam outros.

## Festanção

A Organização Social Pará 2000 fez sua concorrida festa de fim de ano na Estação das Docas, cedida para sua administração, a custo zero, depois de um investimento público de 20 milhões de reais. Mas quem pagou a conta, de 150 mil reais, foi o contribuinte.

Com a palavra, para dizer se é legal (e legítima) essa aplicação de verba do governo, através da Secretaria de Cultura (que assinou convênio com a OS para fazer a transferência do dinheiro), o Tribunal de Contas do Estado.

## Título

O Pará tem a triste fama de ser o fona na apuração de votos no Brasil. Passada a eleição, pode ganhar um novo título: o último Estado da federação a concluir a formação da administração federal local. Mas todas as lideranças do PT estão prestigiadas em Brasília.



## Arte agradece

Prezado Lúcio Flávio,

Fiquei particularmente feliz ao ler seu texto no *Jornal Pessoal* sobre o livro "Sarubbi" de minha autoria, recentemente lançado em Belém.

Quero dizer que como pesquisadora em artes plásticas, o que talvez realmente compense e recomense trabalhar em projetos como este, seja sentir que seu propósito maior foi percebido, quanto ao fato intencional de deixar a verdade da obra e do artista virem à tona independente de qualquer outra análise. Penso que as publicações sobre arte e artistas necessitam urgentemente passar por reavaliações, no intuito de encontrar um caminho que as justifiquem.

Outra alegria proporcionada por seu artigo foi, quanto à sua visão acerca da iconografia selecionada, algo que durante todo o processo muito me angustiou, devido a ausência do querido Valdir Sarubbi indicando com maior precisão acerca dos possuidores de trabalhos seus.

Obrigada pela maneira digamos, didática e atenciosa com que abordou esta parceria, ou melhor este "casamento complementar" da contemplação com a dissertação sobre a beleza plástica entre eu e meu pai Lutfala. Ele sem dúvida com toda a sua intuição, sua sensibilidade e boêmia eterna, pode ser um exemplo concreto à outras iniciativas do porte, para que não fique em via de mão única esta corrida contra o tempo em resgatar a memória artística do Pará, fazendo ainda com que nossos artistas sintam-se amados e reconhecidos enquanto vivos, o que infelizmente Sarubbi não sentiu.

Quanto a um terceiro trabalho, este se encontra em fase de decantação, porém a aquarela de meu inesquecível professor La Rocque Soares seduz-me bastante. Quem sabe uma reunião de nossos aquarelistas de outrora, tendo como ponto de referência La Rocque, em consonância com os contemporâneos que surgem?

Mais uma vez agradeço suas palavras, esperando que o *Jornal Pessoal* continue a reservar um pequeno espaço no sentido de estimular a arte e os artistas de nossa terra.

Um abraço,

Rosana Bitar

## Aviso

Outro dia fiquei conhecendo a revista alternativa inglesa *Prospect*. De alta qualidade gráfica e editorial, muitos colaboradores, expediente movimentado, boas pautas. Um anúncio da casa pedia aos leitores para difundirem ao máximo a publicação e mandarem nomes de clientes potenciais para a redação. Embora ainda nova, a publicação parece sentir seus dias futuros ameaçados.

Se uma bem fornida publicação britânica vive em tal situação, o que esperar de um jornalzinho amazônico, pensei com meus botões. A única ajuda que tenho pedido dos meus leitores é ir às bancas e comprar quantos exemplares puderem. Mas não tem sido o suficiente. No entanto, não renovarei esses apelos. Tentarei fazer o que está ao meu alcance para manter o *Jornal Pessoal*.

Como a situação se torna cada vez mais crítica, vejo-me obrigado a reduzir ao mínimo minimorum as cortesias. Um cavalheiro só adota tal atitude na agonia. É minha condição atual. Sei que meus amigos, que me honram com sua leitura, entenderão a medida. Este jornalzinho chega ao ponto de ter que economizar tostões. Espero que ainda haja jantar para vender em proveito do almoço. Se não houver, que o fim venha tão naturalmente quanto o princípio. Por direito de conquista.